

Cassações são previstas até 25 de março

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), reunirá a Mesa da Câmara dos Deputados hoje para encaminhar o relatório da CPI do Orçamento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dando início ao processo formal de cassação dos parlamentares acusados de manipular verbas orçamentárias. Pelos cálculos de Inocêncio, os indiciados pela CPI deverão ser cassados entre 22 e 25 de março, se

não houver atrasos. O andamento do processo:

1 — A Comissão de Justiça abre prazo de cinco sessões da Câmara, ou seja, uma semana, para os acusados apresentarem suas defesas, prazo que será prolongado por mais cinco sessões. Total: duas semanas.

2 — Apresentada a defesa dos réus, cada grupo de três deputados

terá seus processos relatados por um membro da comissão, no prazo de duas semanas.

3 — Mais duas semanas serão necessárias para a votação dos relatórios na comissão. Os textos recomendando cassações serão enviados ao plenário da Câmara, onde cada nome será submetido ao julgamento dos deputados, em votação secreta.

4 — A avaliação dos nomes será em sessões contínuas, começando às 10h00 e terminando às 20h00, com um intervalo entre as 14h00 e às 16h00, ao longo de dois ou três dias. Durante esse período o presidente do Congresso, Humberto Lucena, comprometeu-se a não convocar sessões da revisão constitucional.

5 — Haverá uma semana de recesso durante o carnaval.